

Frelimo decidida a eliminar a RNM

O Comité Central da Frelimo decidiu, ontem que a «tarefa principal» na presente fase em Moçambique é a «eliminação total e completa» dos guerrilheiros da Resistência Nacional Moçambicana (RNM).

Numa resolução final lida ontem pelo membro do Bureau Político, Joaquim Chissano, o Comité Central reiterou a posição do Quarto Congresso do Partido Frelimo, segundo a qual o desenvolvimento do país dependerá do fim da acção armada dos rebeldes.

Ao fim de três dias de reunião, a terceira sessão do Comité Cen-

tral saudou o Presidente Samora Machel pelos «grandes sucessos» alcançados nas frentes militar e diplomática, e que levaram à assinatura do acordo de N'Komati com a África do Sul.

O Comité Central da Frelimo também analisou e aprovou o orçamento geral do Estado e plano estatal para 1984 a apresentar à Assembleia Popular, que se reúne dentro de dias.

Decidiu também que deve ser dada «particular atenção» à coordenação entre os órgãos de condução da economia.

Uma das decisões tomadas por esta terceira sessão foi a da ligação do salário à produção.

23-7-84

Ogiziano

Eliminar bandos armados é «tarefa principal»

— afirma Comité Central da FRELIMO

Maputo — O Comité Central do Partido-Frelimo decidiu na sua última reunião, que se prolongou por três dias, que a «tarefa principal» em Moçambique durante a actual fase é a «eliminação total e completa dos bandos armados».

Na resolução final da reunião, lida sábado por Joaquim Chissano, membro do Bureau Político, o Comité Central reitera a posição adoptada no IV congresso do partido segundo a qual o desenvolvimento do país dependerá do fim da actividade do banditismo armado.

O CC do Partido-Frelimo saudou na ocasião o presidente Samora Machel pelos «grandes sucessos» alcançados nas frentes militar e diplomática que permitiram a assinatura do acordo de N'Komati com a África do Sul.

Durante a reunião foram aprovados os projectos de Orçamento Geral do Estado e do Plano para 1984 a apresentar à Assembleia Popular, que se reunirá dentro de dias. O CC decidiu dar «particular atenção» à coordenação entre os órgãos de condução da economia, «priorizar o produtor» em todos os sectores da actividade económica e estabelecer rapidamente uma política de preços que «dê ganhos efectivos ao produtor».

Os membros do CC decidiram que o partido e todos os órgãos estatais devem prosseguir a ofensiva da legalidade lançada por Samora Machel e criticou «desvios e violações da Constituição» cometidos por elementos da polícia, SNASP e milícias». Consideraram urgente o enquadramento político das milícias pelo partido e o seu enquadramento operacional pelas Forças Armadas.